

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Angélica Aparecida Marchiote

**O CAMINHO NOVO E OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE SIMÃO PEREIRA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Professor Pedro Jose de Oliveira Machado

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Angélica Aparecida Marchiote, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073124A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O CAMINHO NOVO E OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE SIMÃO PEREIRA**, desenvolvido durante o período de NOVEMBRO/2024 a MARÇO/2025 sob a orientação do professor Pedro José de Oliveira Machado, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Angélica Aparecida Marchiote

### Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# O CAMINHO NOVO E OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE SIMÃO PEREIRA

Angélica Aparecida Marchiote<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo esboça, cita, analisa e discorre sobre o período conhecido como Ciclo do Ouro, ocorrido em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, quando surgiu oficialmente a estrada real, para ligar as regiões mineradoras aos portos do Rio de Janeiro, bem como controlar melhor o escoamento da produção aurífera. Trata especialmente do chamado Caminho Novo, uma dessas estradas reais que cortou a Zona da Mata de Mineira, tendo sido responsável pelo surgimento de muitos povoados, vilas e cidades, além de outras várias construções, algumas das quais, precariamente conservadas, que ainda guardam parte da rica história regional. O trabalho descreve, relata e comenta, especificamente, sobre o conjunto arquitetônico e paisagístico do chamado “Cemitério Rocinha da Negra” e o “Casarão do Registro do Paraibuna”, ambos localizados no município de Simão Pereira, e que ficavam às margens do Caminho Novo. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica, pesquisa de gabinete, quando foram levantadas informações e dados bibliográficos de livros, artigos, revistas e sites de internet, sem visitas de campo. A partir desse levantamento, o texto foi redigido, de maneira a apresentar o Caminho Novo e as duas referidas construções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Caminho Novo; História regional; Zona da Mata; Ciclo do Ouro;

## Introdução

O presente artigo trata do período em que ocorreu, na então capitania de Minas Gerais, o chamado “Ciclo do ouro”, que tanto enriqueceu a Coroa portuguesa. Trata também da importante estrada chamada Caminho Novo, que em substituição ao antigo caminho até Parati, veio facilitar a ligação com o porto do Rio de Janeiro. Ao longo do Caminho Novo surgiram vilas, arraiais e povoados, que se formaram a partir das sedes das sesmarias (como a de Simão Pereira, de 1709), de registros fiscais (como as atuais cidades de Barbacena e Marias Barbosa) ou a partir de pousos destinados a atender as necessidades mais básicas (alimentação, pernoite, água para os animais, selarias e até capelas) dos viajantes e aventureiros.

Foi nesta época, em 1763, que ocorreu a mudança da capital do Brasil de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, em razão do declínio econômico do ciclo do açúcar e do paralelo desenvolvimento da exploração aurífera em Minas Gerais.

Nesse artigo, produto final do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentamos os resultados da pesquisa que teve como objetos específicos, duas construções emblemáticas, que ficavam localizadas às margens do Caminho Novo e que constituem hoje bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (IEPHA): o Cemitério da Rocinha da Negra e o Casarão que abrigou o Registro do Paraibuna, ambos localizados em terras do atual município de Simão Pereira, próximos à divisa estadual com o Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Pedro José de Oliveira Machado.

## O Caminho Novo: uma Estrada Real

A história da estrada real começa com o surgimento de algumas trilhas e picadas abertas por indígenas, mas, oficialmente, somente com o reconhecimento do governo e da coroa portuguesa, passou a existir na época da mineração com a criação das Leis Régias pela coroa portuguesa, quando também começaram a surgir denúncias, reclamações e problemas ligados ao contrabando, pirataria, roubos e desvios de cargas, especialmente do ouro.

Tudo isso fez com que o governo imperial passasse a cobrar impostos e exigir que todo o ouro encontrado fosse escoado, contado, pesado e medido. Assim, tomando essas medidas enérgicas se buscava evitar o desvio, o contrabando e o roubo, o chamado “descaminho do ouro”. Foi assim que surgiram vários caminhos oficiais, com o objetivo de evitar que a produção aurífera do Brasil fosse levada para outros países. Esses novos caminhos constituíam o que hoje chamamos de “estradas reais”, que possuíam muitos postos de controle – chamados Registros – instalados pelo governo português.

As ordens régias serviam para traçar uma nova rota e demarcar os caminhos a serem seguidos quando o ouro era exportado e transportado por caminhos, que eram vigiados e controlados pelo governo imperial português.

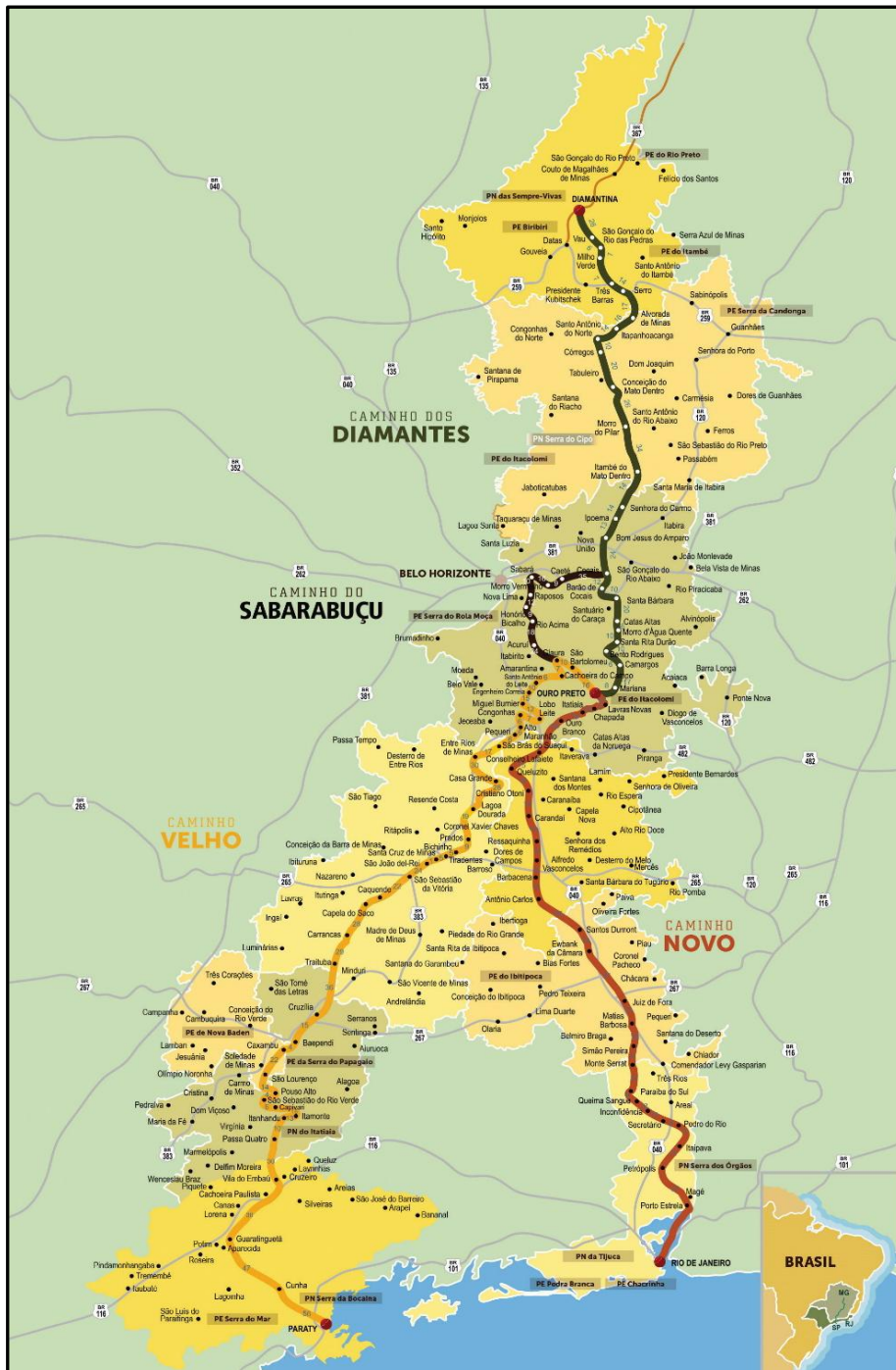
São caminhos que já existiam antes de serem reconhecidos pela coroa. Existiam, mas não eram regidos e regulamentados por normas e decretos governamentais. Surgiram a partir das picadas abertas nas matas por indígenas que já habitavam a região antes dos portugueses chegarem. Mais tarde vieram também os bandeirantes, aventureiros e desbravadores de sertões que seguindo os cursos de rios, riachos e córregos, foram construindo pousos, pousadas e ranchos para os tropeiros, o que também contribuiu para o povoamento de regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao todo a estrada real possui 1.630 quilômetros de extensão territorial e engloba várias cidades pertencentes não só ao estado de Minas Gerais como também aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Atualmente a estrada real é um importante atrativo turístico que conta a história do ouro e dos diamantes retirados das terras mineiras. Na sua rota existem belas igrejas e casarões, construídos nos séculos XVIII e XIX e que caracterizam a arquitetura local.

Entre essas várias estradas reais, é aqui abordado o conhecido Caminho Novo, que ligava a região produtora de ouro de Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro, passando por 18 municípios em seus 515 km. Veio para tornar mais curta e menos penosa a demorada ligação que existia até Parati, o chamado Caminho Velho (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Caminho Novo e do Caminho Velho



Fonte:

<https://br.images.search.yahoo.com/search/images?p=mapa+do+Caminho+Novo&fr=mcafee&type=E210BR1490G0&imgurl=https%3A%2F%2Ffoodandroad.com%2Fwp-content%2Fuploads%2F2021%2F04%2Fmapa-caminho-novo-estrada-real-2.jpg#id=77&iurl=https%3A%2F%2Fvamosagora.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2Fmapa-ilustrativo-da-estrada-real-2.jpg&action=click>

No século XVIII, o Brasil (de então) não possuía estradas, mas picadas, abertas em meio à mata fechada e chamadas de “caminhos” pelos tropeiros e cavaleiros que as utilizavam. Nessa época, um grande contingente de trabalhadores, entre índios, escravos, assalariados e familiares de Garcia Rodrigues Paes Leme, construiu, a mando da Coroa Imperial, o Caminho Novo, com o objetivo de dar maior segurança ao escoamento do ouro das Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Concluído em 1709, esse “caminho” se constitui na mais remota origem de diversas cidades da região e o primeiro passo para a ocupação do vale onde se encontram cidades como Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira (Campos, 2012; Machado, 2012).

O Rei de Portugal passou então a incentivar o povoamento, distribuindo grandes porções de terra, chamadas “sesmarias”, ao titular que se comprometia a cultivá-las para alimentar funcionários, soldados em trânsito e mesmo viajantes que porventura quisessem se fixar nos arredores do Caminho Novo.

Ao longo do Caminho Novo surgiram então várias e modestas povoações, especialmente no trecho da Zona da Mata Mineira localizado entre a Serra da Mantiqueira e a divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dele foram edificadas importantes construções, que tinham diferentes funções: registros, alfândegas, igrejas etc. Duas dessas edificações, presentes até os dias atuais, são destacadas nesse artigo: o Cemitério da Rocinha da Negra e o Casarão que abrigou o Registro do Paraibuna.

### **O Cemitério Rocinha da Negra**

O Cemitério “Rocinha da Negra” está localizado na Fazenda do Cambuí, pertencente ao município de Simão Pereira, na Zona da Mata de Minas Gerais. Esse cemitério possui grande relevância histórica, estando nele sepultadas figuras ilustres, como Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, o Barão de São João Nepomuceno.

O cemitério foi construído na primeira metade do século XVIII, e seus túmulos e covas retratam bem a hierarquia social e a divisão de classes existentes nesse período, com diferenças no padrão e no local dos sepultamentos, de ricos e pobres. Na frente da capela eram sepultadas as pessoas mais abastadas e ‘importantes’ da região, como o citado Barão de São João Nepomuceno, que foi presidente da província de Minas Gerais, enquanto na parte de trás da capela se encontram covas e túmulos de escravos, trabalhadores, indigentes e pessoas destituídas de posses e poder econômico.

O Cemitério da Rocinha da Negra foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), o que reforça sua relevância para a cultura e a história do estado. No ano de 1852, passou por um processo de restauração, garantindo sua preservação e conservação (Figura 2).

Encontra-se atualmente em bom estado geral de conservação, sendo sua manutenção realizada pela Prefeitura de Simão Pereira. Embora pudesse funcionar como um importante ponto turístico, seu difícil acesso e a pequena divulgação ainda o tornam um bem histórico desconhecido da maioria da população.

Figura 2 – Vista parcial do Cemitério Rocinha da Negra



Fonte:

[https://br.images.search.yahoo.com/search/images;\\_ylt=AwrFQnq5KbtnHQIAWkbz6Qt.;\\_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=cemit%C3%A9rio+da+Rocinha+da+Negra+Sim%C3%A3o+Pereira&fr2=piv-web&type=E210BR1490G0&fr=mcafee#id=1&iurl=https%3A%2F%2Fwww.minasgerais.com.br%2Fimagens%2Fatracoes%2F1629393493cxVoQ1DiJH.jpg&action=click](https://br.images.search.yahoo.com/search/images;_ylt=AwrFQnq5KbtnHQIAWkbz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=cemit%C3%A9rio+da+Rocinha+da+Negra+Sim%C3%A3o+Pereira&fr2=piv-web&type=E210BR1490G0&fr=mcafee#id=1&iurl=https%3A%2F%2Fwww.minasgerais.com.br%2Fimagens%2Fatracoes%2F1629393493cxVoQ1DiJH.jpg&action=click)

### **O Casarão do Registro do Paraibuna**

O Casarão do Registro do Paraibuna também está situado em Simão Pereira, Minas Gerais, quase na divisa com o estado do Rio de Janeiro, às margens do antigo Caminho Novo. Esse casarão foi um ponto fundamental para o controle do tráfego de mercadorias, pessoas e animais, sendo obrigatório o pagamento de tributos, para aqueles que percorriam essa Estrada Real.

O casarão que abrigou o Registro do Paraibuna teve a utilidade de fiscalizar as mercadorias que entravam e saíam da Província de Minas Gerais, bem como fiscalizar o contrabando do ouro explorado em Minas. Ali as mercadorias eram marcadas com o registro e o carimbo da coroa portuguesa. Se não obtivesse este carimbo, que era a prova de que o produto havia passado pela operação de fiscalização com sede no casarão do Registro do Paraibuna, as mercadorias não podiam passar da Província de Minas Gerais para o Rio de Janeiro.

O imóvel atual encontra-se em precário estado de conservação (Figura 3), embora tenha sido legalmente tombado, em 2012, pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) e incluído no Livro de Tombo Histórico, o que por si só demonstra o reconhecimento de sua importância e necessidade de preservação.

O prédio teve outras funções após o fim das atividades de Registro. Teria sido até mesmo utilizado como hotel, para servir à Estrada da Companhia União & Indústria (Esteves e Lage, 1915)

Figura 3 – Casarão do Registro do Paraibuna



Fonte:

[https://br.images.search.yahoo.com/search/images?p=Casar%C3%A3o+do+Registro+do+Paraibuna&fr=mcafee&type=E210BR1490G0&imgurl=http%3A%2F%2Fwww.iepha.mg.gov.br%2Fimages%2Fcom\\_osgallery%2Fgal-61%2Fthumbnail%2Ffachada-principal9F36D066-C697-6DDA-D78F-9F71C3119024.jpg#id=61&iurl=http%3A%2F%2F2.bp.blogspot.com%2F-Ye30rW-13mg%2FTi7pvzqzxQI%2FAAAAAAAAAAHJA%2FB8iJ8T6RI-4%2Fw1200-h630-p-k-no-nu%2FCasar%2525C3%2525A3o%2B1.jpg&action=click](https://br.images.search.yahoo.com/search/images?p=Casar%C3%A3o+do+Registro+do+Paraibuna&fr=mcafee&type=E210BR1490G0&imgurl=http%3A%2F%2Fwww.iepha.mg.gov.br%2Fimages%2Fcom_osgallery%2Fgal-61%2Fthumbnail%2Ffachada-principal9F36D066-C697-6DDA-D78F-9F71C3119024.jpg#id=61&iurl=http%3A%2F%2F2.bp.blogspot.com%2F-Ye30rW-13mg%2FTi7pvzqzxQI%2FAAAAAAAAAAHJA%2FB8iJ8T6RI-4%2Fw1200-h630-p-k-no-nu%2FCasar%2525C3%2525A3o%2B1.jpg&action=click)

### Considerações finais

O presente artigo buscou resgatar parte importante da construção da história regional, destacando o importante papel desempenhado pelo Caminho Novo em pontilhar essa parte da Zona da Mata de povoamento. Algumas dessas marcas foram substituídas pelas cidades que nasceram desse mesmo caminho. Outras construções importantes nem mais existem, como o Registro de Matias Barbosa ou a própria casa do Juiz de Fora, que deu nome a maior cidade da Zona da Mata. Outras obras, contudo, ainda resistem ao tempo, ao descaso e ao abandono. Duas delas foram aqui retratadas: o Casarão do Registro do Paraibuna e o Cemitério da Rocinha da Negra.

Embora se constituam bens tombados, de importância histórica indiscutível, se apresentam em situação bastante distinta. Enquanto o cemitério recebe manutenção periódica, o Casarão está ruindo, abandonado ao tempo. Esperamos que esse artigo ajude a divulgar esses dois bens e, mais que isso, que sirva para estimular os leitores a conhecê-los.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Helena Guimarães. **Caminhos da História: Estradas Reais e ferrovias**. Belo Horizonte: Fona Traço, 2012.

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Uma proposta de zoneamento ambiental para a bacia hidrográfica da Represa de São Pedro – Juiz de Fora/MG**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2012 (Dissertação de Mestrado em Geografia).